

TRANSVERSALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS: QUANDO A INTERSETORIALIDADE SE TORNA RIZOMÁTICA¹

Roberta Carvalho Romagnoli²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Belo Horizonte-MG, Brasil.

RESUMO. Este texto discute a intersectorialidade nas políticas públicas, rede de proteção social que associa diversos setores para tornar mais eficaz o atendimento à população. Propomos, a partir das ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari e da prática intersectorial pensada na transversalidade da macropolítica e de micropolítica, discutir teoricamente a intersectorialidade como um rizoma, uma rede de relações que pode ser percorrida em diversas direções, possuindo estratos e invenções diversas. Entre os estratos evidenciamos o excesso de trâmites, a falta de avaliações das ações conjuntas após os encaminhamentos, a ausência de resposta de setores, a falta de conhecimento dos técnicos e a sobrecarga de trabalho. Nas possibilidades de invenção, que são singulares, encontramos alguns pontos que favorecem agenciamentos: o compromisso dos profissionais, o conhecimento das atribuições do próprio setor e dos outros setores do equipamento e o conhecimento do território. Concluímos que a prática intersectorial se faz pela conexão de diferenças em um plano de imanência.

Palavras-chave: Políticas públicas; análise institucional; problemas sociais.

CROSSING OVER THE PUBLIC POLICIES: WHEN THE INTERSECTORIALITY BECOMES RHIZOMATIC

ABSTRACT. This text discusses intersectoriality in public policies, a social protection network that links different sectors to serve the population more effectively. Based on Gilles Deleuze and Felix Guattari's ideas and the intersectoral practice thought in the transversality of macropolitics and micropolitics, we propose a theoretical discussion of intersectoriality as a rhizome, a network of relationships that can be travelled in several directions, possessing strata and various inventions. Among the strata, we give evidence of the excess of procedures, the lack of evaluations of the joint actions after referrals, the lack of response from the sector, the lack of knowledge and work overload of technicians, among others. In the possibilities of the invention, which are unique, there are some points that favour agencying: the commitment from the part of professionals; the knowledge of the tasks of the sector itself and other sectors of the equipment; and the knowledge of the territory. We conclude that the intersectorial practice is done through connecting differences in a plane of immanence.

Keywords: Public policies; institutional analysis; social issues.

TRANSVERSALIZANDO LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CUANDO LA INTERSECCIONALIDAD SE CONVIERTE EN RIZOMÁTICA

RESUMEN. En este texto se examina las políticas públicas intersectoriales, red de protección social que vincula diferentes sectores para servir más efectivamente a la población. Proponemos, a partir de las ideas de Gilles Deleuze y Félix Guattari y de la práctica intersectorial pensada en la transversalidad de la macro-política y de la micro-política, discutir teóricamente interseccionalidad como un rizoma, una red de relaciones que se pueden seguir en distintas direcciones, teniendo los estratos y las varias invenciones. Entre los estratos destacamos el exceso de procedimientos, la falta de evaluaciones de las acciones conjuntas después de las indicaciones, la falta de respuesta de los sectores, la falta de conocimiento de los técnicos y la sobrecarga de trabajo. En las posibilidades de la invención, que son únicas, hay algunos puntos que favorecen los ensamblajes: el compromiso de los profesionales, el conocimiento de los deberes del propio sector y de otros sectores y el conocimiento del territorio. Llegamos a la conclusión de que la práctica intersectorial se realiza por conexión de las diferencias en un plano de imanencia.

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² *E-mail:* robertaroma@uol.com.br

Palabras-clave: Políticas públicas; análisis institucional; problemas sociales.

Introdução

Este texto apresenta a discussão teórica sobre a intersectorialidade que faz parte da pesquisa “Intersectorialidade, famílias e processos de subjetivação” financiada pelo CNPq. Trata-se de uma pesquisa-intervenção cujo objetivo é analisar a intersectorialidade a partir das relações estabelecidas no Núcleo Intersectorial Regional (NIR) Técnico da Regional Barreiro da prefeitura municipal de Belo Horizonte, enfatizando o modo de gestão do trabalho social entre as políticas setoriais, nas equipes e com as famílias com o intuito de favorecer a invenção de novas formas de expressão nesses grupos. A pesquisa-intervenção opera como um dispositivo que sustenta a complexidade e a processualidade, efetuando indagações, buscando o coletivo de forças nas situações vivenciadas no campo. Nesse processo há uma visão própria acerca da pesquisa e do encontro do pesquisador com o seu campo, uma vez que ao mesmo tempo em que se conhece também se realizam intervenções. Assim, o pesquisador colabora, de fato, com o que se propõe a estudar. Amador, Lazzarotto e Santos (2015) evidenciam que essa é uma “... estratégia de produção de conhecimento combativa ao modelo do projeto moderno de ciência, esse almejando a dicotomização sujeito-objeto, razão-realidade” (p. 231). Dessa maneira, Passos e Barros (2012) assinalam que o campo de pesquisa propicia a formação de conexões, por meio das quais o conhecimento emerge como um o plano de forças que compõe a realidade, o qual em determinadas circunstâncias atua em benefício do instituído, mas em outras contribui para a emergência do instituinte, de agenciamentos produtivos, de forma processual e singular.

O NIR Técnico da Regional Barreiro tem como objetivo criar um espaço intersectorial para discussão de casos graves de violação de direitos, articulando as secretarias municipais de saúde, assistência social e educação, de modo a agilizar e qualificar a entrega de serviços públicos à população demandante. Composto por três profissionais, cada um de uma política setorial, indicados, esse espaço visa ainda fortalecer a interlocução entre as gerências das políticas setoriais regionais, compreendendo e delimitando o papel de cada um no tratamento dos casos apresentados. A partir das intervenções realizadas com a equipe desse núcleo no primeiro ano da pesquisa, a saber, contatos informais semanais, acompanhamento das reuniões mensais, grupos de discussão e quatro entrevistas semiestruturadas iniciais com os profissionais, surgiu a necessidade de teorização da intersectorialidade a partir das ideias de Deleuze e Guattari. Nessa direção, estudamos os seguintes textos da obra *Mil Platôs*: “Introdução: rizoma” e “Micropolítica e Segmentaridade” (Deleuze & Guattari, 1995; Deleuze & Guattari, 1996). Por meio da experiência com o campo e dos conceitos discutidos, analisamos o conceito de rizoma explorando as possibilidades de seu uso no estudo, e articulando a outros conceitos pertinentes à discussão, dentre eles a transversalidade, a macropolítica e a micropolítica. Assim, correlações foram feitas para uma compreensão da complexidade que abarca essa prática, além de estudos acerca da própria intersectorialidade veiculados em periódicos qualificados. Essa análise é feita a seguir.

Acerca da intersectorialidade

Na segunda metade da década de 70 e ao longo da década de 80, os movimentos sociais no Brasil reivindicaram uma sociedade mais igualitária, e parte de seus apelos desembocaram na Constituição Federal de 1988, documento que altera a concepção vigente das políticas públicas em nosso país. Com esta carta constitucional institui-se oficialmente o tripé: previdência-saúde-assistência social, compondo um sistema de seguridade social que reconhece o direito às estruturas democráticas e à proteção social para toda a população (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). Os direitos sociais garantidos em lei pela constituição são concretizados por meio das políticas públicas, que, baseadas no texto constitucional, passam a se responsabilizar pela proposição e fortalecimento de ações (planos, programas e projetos) que possibilitem melhorias nas condições de vida dos cidadãos.

Ao estudar a inserção da psicologia nas políticas públicas da saúde e da assistencial social, Yamamoto e Oliveira (2010) destacam a presença dos psicólogos e a necessidade de criação de novos conhecimentos e posturas para enfrentar os desafios do trabalho nesses setores. Um deles certamente é a complexidade dos casos que convocam a construção de novos dispositivos que intervenham nessa situação e sustentem a prática intersetorial, contribuindo para a formação de profissionais que consigam lidar com essa heterogeneidade e realizar ações de articulação entre as políticas públicas, na tentativa de garantir os direitos fundamentais. Isso porque a definição setorial das políticas, a gestão segmentada e setorializada demonstram ineficiência oriunda da ausência de ações integradas e já não respondem de forma adequada aos desafios atuais, como indicam Custódio e Silva (2015).

De acordo com Yamamoto & Oliveira, (2010), ainda é difícil a inserção do psicólogo nas políticas públicas, e assim também podemos inferir na prática da intersetorialidade, uma vez que ainda há grande ênfase no sujeito, com ações ainda embasadas na clínica tradicional, como sinônimo de psicologia. De fato, a inserção do psicólogo nas políticas públicas convoca a uma não separação da psicologia em áreas e nem em polarizações antagônicas, e também promove a desestabilização das nossas “certezas” (Romagnoli, 2012).

Na defesa da intersetorialidade, Monnerat e Souza (2011) analisam a seguridade social por meio das trajetórias recentes das políticas de saúde e assistência social; apontam ainda para os limites estruturais da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere ao atendimento da população, evidenciando a necessidade de um enfrentamento intersetorial, pela conformação de uma rede de proteção social com a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais). Essa rede tem como propósito combater os complexos problemas sociais, que ultrapassam a alçada de um só setor de governo ou área de política pública, tornando quase uma imposição à integração entre as políticas. Nesse sentido,

A ideia é a de que a população, por meio da intersetorialidade: a) seja assistida em todos os seus aspectos sociais, econômicos, culturais e outros; b) melhore a qualidade de vida e bem-estar e; c) seja estimulada a buscar novos saberes e alternativas para solucionar seus próprios problemas (Góes & Machado, 2013, p. 629).

Procurando alcançar esses propósitos, podemos definir intersetorialidade “... como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (Inojosa, 2001, p. 105). Para um exercício efetivo, essa articulação pressupõe muito mais que agregação de setores, pretendendo a integralidade como estratégia de intervenção para a superação do problema em pauta. A intersetorialidade demanda um conjunto de inovações no âmbito da gestão pública, exigindo novas respostas organizativas, a superação das estruturas hierarquizadas e verticais e a criação de novos arranjos institucionais com estruturas horizontalizadas de trabalho, como assinala Bronzo (2010). A ação intersetorial envolve alterações tanto nas dinâmicas e nos processos institucionais, quanto no desenho e nos conteúdos das políticas setoriais, não correspondendo somente à junção dos setores das diferentes políticas públicas, dentre eles, o setor da saúde, da educação e da assistência social. Assim, além dessas mudanças institucionais, a intersetorialidade também deve atuar no cotidiano dos serviços como um

...dispositivo para propiciar encontros, escuta e alteridade, além de ajudar a explicitar interesses divergentes, tensões e buscar (ou reafirmar a impossibilidade) de convergências possíveis. E, que também possa evitar duplicidade de ações e buscar integrações orçamentárias para projetos prioritários, articular recursos, ideias e talentos (Akerman, Sá, Moysés, Rezende, & Rocha, 2014, p. 4293).

Nessa direção, a intersetorialidade caminha junto com a noção de território; este circunscrito a uma localidade, a um espaço, a um microterritório e com a descentralização político-administrativa, esta entendida como a transferência do poder de decisão para mais perto do cidadão. Nascimento (2010) nos lembra que o território é local privilegiado para realizar a articulação entre os setores. Cabe pontuar que o território não se refere somente ao espaço físico e material e representa muito mais do

que o município ou a região onde se instalam os equipamentos das políticas públicas. Ou seja, consiste também nas conexões estabelecidas entre as subjetividades; são espaços relacionais de vida, de permutas, de sustentação e ruptura de vínculos cotidianos que constroem sentidos e significados para os que nele vivem e circulam. Conhecer o território não significa homogeneizar as condições sociais e as realidades em um país com imensa diversidade, mas abordá-lo por meio da apropriação das situações que ele comporta, em busca da teia de relações sociais que se confrontam nas situações vividas. Assim, o território emerge como um eterno fazer-se e desfazer-se, compondo uma rede de relações como destaca Haesbaert (2006) e a relação com o território é essencial para a concretização das políticas públicas.

O trabalho com a complexidade e os processos tanto do território quanto da intersectorialidade possui desafios em seu cotidiano, como temos percebido em nossa pesquisa. Nesse contexto, esse texto discute a intersectorialidade e as dificuldades de concretização das práticas intersectoriais em suas dimensões macropolíticas e micropolíticas bem como a sua associação com o conceito de rizoma. Tal análise, no nosso entender se mostra necessária, não somente para a garantia dos direitos sociais, mas também para o favorecimento de ações inventivas desse cunho no cotidiano dos serviços.

Dificuldades e desafios da intersectorialidade

Como vimos, as políticas públicas necessitam atender os pressupostos da intersectorialidade para a sustentação de tarefas comuns para o enfrentamento dos problemas sociais, como vimos acima. Se os documentos dessas políticas garantem em seus textos a ação intersectorial como estratégia para melhor atendimento dos usuários, como é definida no campo da macropolítica, a garantia de sua prática, no dia a dia dos serviços, no campo da micropolítica, não se dá de forma harmônica. No texto "Micropolítica e Segmentaridade", Deleuze e Guattari (1996) afirmam que "Tudo é política, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica" (p. 90), ao apresentar o funcionamento da realidade por conexões e produção, enfocando tanto o molar quanto o molecular como dimensões justapostas. Macropolítica e micropolítica, que coexistem e são processuais. Essas duas dimensões, mesmo que em algumas circunstâncias apresentem embates, como sugerido acima, são indissociáveis, uma vez que na estratégia documentada acerca da intersectorialidade também possui ações micropolíticas e o dia a dia do serviço também é atravessado por questões macropolíticas. Dessa maneira, operam de forma imanente no plano de forças das ações intersectoriais. Conforme Godinho (2007), na perspectiva deleuziana, sustentar o plano de imanência é imprescindível para se pensar, uma vez que esse plano coloca de maneira justaposta e inseparável, a tensão das linhas heterogêneas da realidade que possuem funcionamentos diferentes. Assim, a distinção entre as referidas dimensões que coexistem em todas as realidades, se dá em seus modos de funcionamento e não em seu porte. A macropolítica funciona por sobrecodificação, por classificação e exclusão, na busca de segmentar o movimento da vida. Por outro lado, a micropolítica opera para produzir deslocamentos, insiste no que escapa da sobrecodificação no intuito de inventar. Os segmentos produzidos pela macropolítica para administrar a vida são visíveis e instituídos e ordenam a intersectorialidade nas orientações presentes nos documentos, e nas atividades de cada setor. Já a micropolítica é da ordem do invisível e pode atuar tanto para oprimir nos microfascismos quanto para sustentar agenciamentos com forças inéditas. Isso porque o processo de segmentaridade, a formação de estratos homogêneos que classificam e atuam como modelos, age no molar/macro e ainda no micro/molecular por meio de segmentações finas, que atuam como territórios que aquietam e nos acomodam ao conhecido. Assim, os fluxos se tornam microfascismos quando o desejo deseja sua própria repressão, pois este se agencia não só o novo, mas também com microformações que buscam igualar, comparar, excluir e se desvencilhar da diferença. Ou seja, no caso das ações intersectoriais, um dos pontos nos quais esses microfascismos emergem na dificuldade com a alteridade, com a forma de lidar de cada setor, insistindo no modelo de sua política. Os microfascismos afloram a partir do medo e das inseguranças e emergem como uma micropolítica reativa como denomina Rolnik (2016). No entanto, essa segmentaridade pode ser temporária e dependendo da situação e das forças externas que a acompanham, a vida pode se libertar tornando-se novamente diferença. As brechas no segmento possibilitam abandoná-lo para que conexões com o heterogêneo se façam e linhas de fugas

se formem. Essa micropolítica ativa e não mais reativa, atualiza virtuais nós de forças que circulam em determinadas circunstâncias a partir de agenciamentos que produzem conexões e passagens entre segmentos e linhas de fuga. Nessas circunstâncias, a alteridade é sustentada para que ocorram conexões, em zonas comuns, articulando sujeitos, setores e responsabilidades.

A justaposição da macropolítica com a micropolítica produz atritos, tensionamentos, como é o caso da prática intersectorial. Ao examinar a integração das políticas sociais no Brasil, Monnerat e Souza (2011) indicam forte impedimento para sua efetivação: a própria diferença entre os setores delineada em sua dimensão macropolítica por suas histórias distintas. Para as autoras, enquanto a saúde, com sua trajetória histórica já consolidada, discute as múltiplas determinações do processo saúde-doença na promoção da saúde, investindo na ação intersectorial, a assistência social ainda possui frágil institucionalização, com dificuldades na implantação de seus equipamentos e baixo percentual de corpo técnico concursado pelo seu legado histórico clientelista. Na saúde, a intersectorialidade tem sido pensada como uma estratégia fundamental para atuar sobre problemas estruturais da nossa sociedade que incidem sobre o processo saúde-doença, uma vez que muitas das ações necessárias para a promoção da saúde envolvem instâncias que se encontram fora do setor da saúde. O mesmo ocorre na assistência social, que, ao promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida resolvendo os problemas concretos que atingem a população de um dado território, lida com demandas multifacetadas que exigem respostas para além da repartição setorial com ações coordenadas entre diferentes setores do Estado. Em nossa experiência de campo percebemos que essas diferenças são sustentadas por microfascismos que afloram nas equipes com a superioridade da saúde no manejo dos casos, pela sua consolidação histórica, e a queixa do excesso de demandas da assistência social, pela falta de conhecimento da sua atuação, já que é uma política relativamente nova. Os microfascismos podem ser sustentados na premissa de que um setor é mais importante que o outro, nas relações de poder entre os profissionais, na falta de comunicação, dentre outros.

Além das diferenças entre os setores, empecilhos ocorrem também no campo da gestão. Azevedo, Pelicioni e Westphal (2012) acreditam que a intersectorialidade possui a capacidade de potencializar as políticas públicas que têm em suas diretrizes a promoção da saúde. Entretanto, essa potencialidade esbarra na falta de conhecimento político e técnico de gestores e profissionais da saúde para assumir ações intersectoriais e questões de ordem administrativa que dificultam a execução integrada de ações; somam-se a isso as dificuldades burocráticas e a ausência de financiamento de ações intersectoriais para concretizá-las. Se por um lado, no cotidiano dos serviços a micropolítica se fecha em segmentos acerca do não conhecimento das atividades de cada área, embora se pressuponha que as equipes conheçam os funcionamentos dos outros setores, por outro lado, a burocracia e o financiamento oriundos da macropolítica também são obstáculos que reproduzem e insistem nas práticas setoriais, pois as segmentações finas da burocracia e do financiamento geram efeitos micropolíticos de desmotivação e impotência, como vemos na equipe do NIR estudado.

Para promover ações intersectoriais, a gestão tem que lidar ainda com a necessidade de uma alteração nas relações de trabalho, ou seja, os setores que tradicionalmente detêm poder de decisão nos encaminhamentos devem se prestar a tomar decisões coletivas, usualmente direcionadas contra o corporativismo profissional, esbarrando nos microfascismos de cada formação. Nesse contexto, Azevedo et al. (2012) defendem a formação interdisciplinar, a valorização da dimensão territorial e as redes sociais favorecendo processos participativos na tentativa de ressaltar a necessidade de dinâmicas coletivas. No que se refere à mudança de atitudes tradicionais, Dias, Parente, Vasconcelos e Dias (2014) também salientam a necessidade de superação do modelo reducionista por parte dos gestores e profissionais de saúde, na micropolítica do cotidiano, para o avanço da intersectorialidade. Ao estudar o Programa Saúde na Escola como política intersectorial, entre o campo da saúde e o campo da educação, Silva Junior (2014) conclui que a falta de ações articuladas e integradas entre os setores produz restrições. Dentre essas limitações, o autor pontua: a burocratização dos serviços, o desperdício de tempo de recursos financeiros e humanos e a duplicidade de ações, o que leva ao não atendimento dos objetivos do programa e da prática intersectorial.

Ckagnazaroff e Mota (2003) também afirmam que a complexidade do processo de trabalho na intersectorialidade gera divergências entre os profissionais que vão desde os conflitos entre os diferentes tipos de conhecimentos, até a delimitação das prioridades de cada região, que geram os

mesmos efeitos. Esses conflitos ocorrem tanto formando segmentos molares, referentes às formações e atribuições de cada equipamento e de cada profissão, quanto moleculares, referentes às dificuldades com as relações na equipe, no que se refere às diferenças entre as atuações e as formações, e a tentativa de igualar o diferente. Os autores enfatizam a importância do enfrentamento desses embates, amparados na perspectiva de modernização da gestão pública. Por outro lado, ao estudar a intersectorialidade no campo da educação, Góes e Machado (2013) ressaltam que os próprios serviços são objeto de disputas e conflitos, apresentando uma série de relações de poder que atrapalham essa associação, o que denuncia a presença desses segmentos, de linhas duras que impedem conexões. Sposati (2013), ao examinar a proteção social no Brasil, nos revela marcas de descontinuidade, não integralidade, fracionamento, não igualdade de acesso e de reconhecimento que ainda persistem nesse campo, contribuindo para que a competição e os interesses próprios o invadam. Desse modo, desvela um confronto da política pública de proteção social, que possui princípios igualitários e de solidariedade, com os valores da sociedade do capital, que insiste no individualismo e na fragmentação. Coexistência da dimensão macropolítica com a dimensão micropolítica, de linhas que conjugam, excluem, que infringem julgamentos e modos de funcionar tanto na esfera institucional, na organização visível que administra a intersectorialidade, quanto nas reuniões entre as equipes, com os microfascismos que impedem conexões, associações coletivas para que, de fato, ocorra a intersectorialidade.

Entendemos que as dificuldades expostas acima podem atuar como processos totalitários que inviabilizam que agenciamentos inventivos sejam feitos e potentes encontros se efetuem. Deslocar a questão que é coletiva e institucional para o âmbito individual e pessoal faz com que as equipes regridam e a prática intersectorial se distancie de sua efetivação, no plano micropolítico. Ao refletir acerca da articulação entre as políticas de saúde e educação, Cavalcanti e Lucena (2016) desvelam como um dos entraves para a materialização da intersectorialidade a predisposição a atribuir ao profissional a responsabilidade por desfazer a lógica intersectorial e traduzir essa proposta em ações concretas. Além disso, as autoras apontam que é comum esses profissionais já contarem com uma sobrecarga de obrigações em seus próprios setores, o que contribuiu para a manutenção do conservadorismo das ações desenvolvidas, inserindo o desejo em linhas duras que se distanciam das fissuras dos segmentos, por meio das quais agenciamentos são feitos. Conforme Deleuze e Parnet (1998), essas linhas fazem parte do rizoma, de forma justaposta, ora homogeneizando, formando segmentos, endurecendo a realidade, ora se associando, percorrendo outros caminhos, como veremos a seguir.

Acrescentando-se a essa propensão para a individualização dos problemas, Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes e Fadul (2012), estudando a inserção da psicologia na política pública de assistência social, denunciam a falta de uma rede que tenha integração e articulação dos serviços, o que contribui para que os modelos de cada setor vigorem e impeçam ações conjuntas e a aproximação entre cidadania e subjetividade. Dimenstein e Liberato (2009) apontam para essa mesma deficiência na área de saúde mental, evidenciando que a falta da rede de equipamentos sociais promove a reprodução da lógica setorial, de relações homogeneizantes, a burocratização das práticas dos profissionais e a sobrecarga dos profissionais da saúde. Atestam ainda que a articulação precária entre o CAPS e a rede de atenção básica está vinculada, entre outros fatores, à resistência da equipe do CAPS, por compreender como aumento do serviço, que já é excessivo, e não como uma possibilidade de troca e trabalho conjunto. Nessa direção, a intersectorialidade é vivenciada como um incômodo, em um cotidiano já pleno de tarefas, como examinado pelas referidas autoras.

Conforme Andrade (2006), as ações intersectoriais burlam a endogenia dos setores envolvidos e não somente demandam a iniciativa dos mesmos, mas exigem, sobretudo, receptividade entre as políticas setoriais, propriedade nem sempre fácil de ser alcançada. A ação intersectorial se sustenta na construção de objetos de intervenção comuns entre diferentes setores, para um planejamento integrado para enfrentamento dos problemas identificados. No entanto, como vimos, o que se observa na prática é um alto nível de conflito e disputa política entre as diferentes áreas e atores envolvidos no processo. Portadora de todos esses problemas, a intersectorialidade, na sua busca por resultados mais efetivos, convoca a transversalidade de ações no campo social, em sua articulação de vários setores, como examinam Monnerat e Souza (2011).

Essa transversalidade é convocada para tentar evitar o risco dos serviços, na prática, continuarem centralizados, privatizados e distantes das necessidades reais da população brasileira. Os movimentos de transversalidade são definidos por Guattari (1987), a partir de sua experiência na Clínica da La Borde, em contraposição a movimentos da verticalidade, provocados pela introjeção das normas e das demandas instituídas presentes nos grupos assujeitados, e aos movimentos de horizontalidade, que consistem em associar setores distintos sem que se estabeleça uma relação entre eles. “A abordagem transversal tenta subverter as oposições estruturais binárias e contribui para manter sempre em funcionamento o dispositivo maquínico” (Dosse, 2010, p. 61), ao apostar no deslocamento necessário para que o grupo seja um dispositivo produtivo de novas realidades, associando setores, sustentando processos inéditos e abrindo-se para a invenção. Nesse sentido, o grupo torna-se um grupo sujeito, detentor de sua própria criação, no tensionamento constante entre verticalidade e horizontalidade. Mediante nossa experiência em campo, entendemos que as ações intersetoriais se fazem na coexistência de movimentos de verticalidade e horizontalidade com movimentos de transversalidade, no emaranhamento desses processos presentes nas equipes e entre os setores e os territórios, e atravessam as práticas nesse domínio.

Neste contexto, pretendemos abordar essa transversalidade por meio do conceito de rizoma, entendido pela esquizoanálise como uma rede. Segundo Deleuze e Guattari (1995), essa rede se autoengendra por agenciamentos com os mais variados elementos da realidade, aos quais se conecta e reconecta a todo instante, não se reportando a uma única combinação. Essa dinâmica de autoprodução é incessante, remetendo às forças/fluxos que não têm forma e nem limites pré-determinados. Tal concepção permite deslocamentos inventivos que se libertam das estruturas cristalizadas calcadas em normas e padrões reprodutivos, seja no plano macropolítico, seja no plano micropolítico, e que impedem a criação, necessária para a concretização da ação intersetorial. Dimensões rizomáticas que agem por meio de processos imanentes, ora inviabilizando a expansão, a variação e as conexões, ora efetuando rupturas, sustentando multiplicidades.

Prática intersetorial, prática rizomática

Pelos desafios apresentados, a saber, diferença entre os setores, falta de conhecimento político e técnico, alteração nas relações de trabalho, necessidade de superação do modelo reducionista, conflitos entre profissionais, dificuldade com a atuação em rede, dentre outros, insistimos na imanência da micropolítica e da macropolítica e apostamos na transversalidade, a ser perseguida na prática cotidiana da intersetorialidade, e para tal propomos um diálogo com o conceito de rizoma, criado por Deleuze e Guattari (1995). Como vimos acima, os movimentos transversais presentes entre as equipes e os setores produzem a diferença e não a rechaçam; ao contrário, colocam em associação elementos heterogêneos, desfazendo a identidade dos setores, que geralmente impede a ação setorial, e produzem saídas entre os saberes e as disciplinas. Contudo, a transversalidade se exerce na tensão entre o estabelecido e a emergência do novo, conduzindo a uma justaposição desordenada de modos distintos de funcionamento da realidade, também sustentada pelas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Esses autores pensam por imanência, por meio de um caos produtivo e processual que escapa da “doença” dos modelos transcendentais, como sublinha Jacques (2014). Para eles, pensar é indissociável de movimentos, nada tem de estável e tampouco se faz por procedimentos reducionistas. Desse modo, o plano de imanência é imprescindível para se pensar, ao buscar o escape do domínio da representação e ir para o domínio da experimentação. De acordo com Schopke (2004), o pensamento deleuziano rompe com o paradigma da representação que entende o conhecimento como reconhecimento, o pensamento com uma instância seletiva que deve buscar se enquadrar em modelos específicos. Romper com a representação significa que a potência do pensamento está na sua associação com a vida, com a sustentação da diferença e da atividade criadora, cujo desafio é exatamente se livrar dos modelos da representação. Para tal deve-se buscar o plano de imanência, não de semelhanças, deve-se experimentar e não reconhecer.

Conforme Godinho (2007), a experimentação define o que é pensar, inventa novas possibilidades de vida e resulta da tensão das linhas da realidade. O rizoma corresponde a essa nova imagem do pensamento que visa combater fórmulas transcendentais, árvores seculares que associam nosso

pensamento a reducionismos e homogeneizações. Assim, essa proposta de pensamento se exerce no entrelace de bifurcações e de encontros imprevisíveis, que se alastra a partir de efeitos e de forma alguma *a priori*, não se adequando a modelos. Segundo Jacques (2014), esse corpo de conhecimento corresponde a um princípio de apreensão do real, um método de organização do saber, que funciona com um vetor da heterogênesse, na medida em que produz assiduamente a continuidade intensiva entre múltiplos elementos diferentes, que pertencem a domínios distintos. Dessa maneira, “o rizoma é um princípio segundo o qual tudo se produz com tudo: não interessa que coisa possa funcionar com outra, a multiplicidade ganha consistência quando não importa que ponto se conecte com qual outro ponto” (tradução nossa) (Jacques, 2014, p. 142)³.

Essa ideia foi extraída por Deleuze e Guattari (1995) da botânica, na qual o rizoma é uma espécie de raiz, de rede móvel de caules, de limites internos e externos difusos. Essa rede pode ser percorrida em diversas direções, não tendo um ponto fixo de entrada e de saída. Deslizar por um rizoma é efetuar percursos reinventados em cada viagem e por cada um que o explora. Trama que não remete a uma unidade, ao contrário da árvore, que contém eixo central, hierarquias, raízes, troncos e galhos; por isso o rizoma não é um modelo, mas age como um processo imanente. Pensar a intersetorialidade por meio dessa rede é pensá-la em suas relações transversais, na singularidade das conexões feitas entre os setores em cada caso, sustentar a heterogeneidade de encaminhamentos, de interpretações, os inúmeros problemas, riscos e precariedades das famílias, dos técnicos e das próprias políticas públicas. Fragmentos que se dispõem em rede, diferenças que se entrelaçam e produzem efeitos, ora reprodutivos, estratificados, ora inventivos, fugidios.

Esse conceito filosófico, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995), possibilita tanto a compreensão da setorialização e seus segmentos quanto aos agenciamentos produzidos, uma vez que o rizoma atua por processos distintos e imanentes. O rizoma é composto por linhas duras ou molares, linhas flexíveis ou moleculares e linhas de fuga. Conforme Deleuze e Parnet (1998), as linhas duras detêm a divisão binária de setor, profissão, classe social, entre outros, e organizam nossa vida dentro de um tempo historiado e visível. E no caso dessa pesquisa delimitam a atuação de cada política setorial, de cada profissional em sua formação, de cada serviço com seus problemas, de cada caso em suas vulnerabilidades e riscos, dentre outros. Essas linhas atuam por classificação e sobrecodificação dos fluxos desordenados da realidade, produzindo grandes cortes segmentários e assegurando a homogeneização do rizoma, que é em si heterogêneo. Ao dar determinada ordem à realidade, essas linhas compõem o plano de organização, também denominado de estrato ou segmento, no qual certo consenso relacional é conquistado, para que a diferença inerente à vida se iguale ou se torne similar. Relações horizontais e verticais, presentes entre as equipes e entre os setores e que fazem parte da intersetorialidade. “Existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes. Bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 31).

Por outro lado, as linhas flexíveis são responsáveis pelos afetamentos que ocorrem nas relações, criando condições para o estabelecimento de zonas de indeterminação e de agenciamentos. Nas linhas flexíveis, vetores da diferença, os estratos se encontram mais diluídos, constituindo-se em uma conjugação de fluxos diversos e heterogêneos que outrora se encontravam homogeneizados consensualmente nos segmentos, como nos setores que integram as políticas públicas. Dessa maneira, linhas de outro teor são traçadas nas linhas duras, no plano de organização, realizando fissuras nesses estratos, muitas vezes endurecidos, cristalizados e contribuindo para a formação de linhas de fuga, que se fazem nas saídas dos territórios. “O rizoma se refere a um mapa que dever ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 33). Entretanto, na complexidade dessas forças, essas linhas também trazem seus perigos: medo, clareza, poder e paixão de abolição (Deleuze & Guattari, 1996). Medo pela perda da segurança como grande organizador molar que nos sustenta, da diluição das arborescências às quais nos agarramos, do sistema de dominação que nos domina. Clareza, evidenciada pela compreensão das brechas da segmentaridade dura que a flexibilizam, que

³ No original: “le rhizome est le principe selon lequel tout se produit avec tout: n’importe quelle chose peut fonctionner avec une autre, la multiplicité prend consistance lorsque n’importe quel point se connecte avec n’importe quel point”.

também nos torna hesitantes dados os perigos dos buracos negros que podem aparecer, das dimensões nas quais a produção cessa. Poder, pelo apego à fixação da vida em linhas duras. Paixão de abolição que diz dos perigos das próprias linhas de fuga, em seu risco de destruição, pois esta ao invés de agenciar, de se ligar a outras linhas e se potencializar, pode ela mesma se destruir, traçar seu próprio extermínio e produzir desgosto.

As linhas de fuga que criam zonas de indeterminação entre os setores, entre as equipes e entre as subjetividades. Fuga que desestabiliza, desarticula, compõe processos de subjetivação que ora não produzem conexões, mas desgosto, e ora produzem agenciamentos permitindo o aflorar do coletivo e convergindo em processos nômades e não mais sedentários, pois estes conjugam movimentos de desestratificação, afirmam a diferença; engendram processos inventivos e formam o plano de consistência. Movimentos necessários, no nosso entender, para que a intersetorialidade se exerça e deslocamentos se façam.

Cabe salientar que os estratos e as zonas de indeterminação – o plano de organização e o plano de consistência –, encontram-se justapostos de forma imanente, formados pela mesma matéria presente nas relações, a saber, os fluxos, mas com funcionamentos diferentes: dissociativo e homogeneizante no estrato, no plano de organização, e conectivo e fluido na zona de indeterminação, no plano de consistência. O agenciamento, que no diálogo com essa perspectiva filosófica sustenta a intersetorialidade, ocorre entre esses dois planos e entre esses dois regimes de funcionamento. Agenciar é se conectar transversalmente toda vez que há um acoplamento de um conjunto de relações, alinhando elementos das mais variadas ordens: materiais, subjetivas, coletivas, processuais; reunindo dimensões heterogêneas e nos lançando na fluidez rizomática. Ou seja, o agenciamento retira os profissionais dos diferentes equipamentos, da interioridade dos seus setores, das políticas setoriais, da fixidez das linhas duras e os arremessa no coletivo e na processualidade, associando os planos de organização e de consistência.

Os processos de totalização e os processos de invenção ocorrem em um rizoma. Os primeiros capturam as diferenças, a heterogeneidade da vida em um modelo, em um modo de existência rígido, insistindo em uma só forma, em um único padrão, em estratos que se fazem por cadeias horizontais de causalidade linear e por agrupamentos verticais de poder. Dessa maneira, interrompem o intensivo, que passa a habitar minorias, a se refugiar em estados menores, entendidos como o que escapa ao dominante e sustenta sua heterogeneidade. Já os segundos, aparecem com vetores de desorganização de um estrato, de uma totalização e ocorrem quando os estados menores deste intensivo ganham potência por meio de conexões heterogêneas que levam ao inédito, conduzem à expressão coletiva. Nesse sentido, os estratos se diluem, entram em variação e, quando não conduzem a uma paixão de abolição, se associam transversalmente em sua complexidade, produzem potência de transformação, de invenção. Empoderam-se equipes e usuários, para além de normas, regras e modelos.

Nos processos de totalização que usualmente impedem que a intersetorialidade se exerça em seu dia a dia, as linhas se encontram duras, estratificadas, formatadas nas representações instituídas de assistência social, de saúde, de educação, de pobreza, dos papéis e lugares de cada um dos profissionais, das famílias extremamente vulneráveis que compõem casos graves e complexos discutidos pelas equipes. Essas representações estão sedimentadas e se repetem sem fazer diferença, em uma relação de padronização e cristalização.

A produção de uma totalização na rede rizomática aparece quando se produz na heterogeneidade relações de poder que sustentam uma primazia, uma hierarquia ou um reducionismo que sempre opera por sobrecodificação. São composições dessas estratificações, por exemplo, o que destacam Dias et al. (2014): o excesso de trâmites burocráticos para que os outros setores sejam convocados a atuar juntos; a falta de avaliações das ações em conjunto após os encaminhamentos; a ausência de resposta de setores às demandas que lhes são encaminhadas, compreendido como desinteresse. As autoras denunciam ainda "...ações pontuais que são desenvolvidas de forma assistemática e, portanto, acabam comprometendo, a médio e longo prazo, o envolvimento e a corresponsabilidade dos diversos atores e instituições" (Dias et al., 2014, p. 4378). Além disso, fazem parte desses estratos, a diferença entre os setores, pontuada por Monnerat e Sousa (2010); a falta de financiamento, relatada por Azevedo et al. (2012); a dificuldade de articulação entre os gestores e profissionais, trazida por Silva

Junior (2014); os conflitos entre os profissionais, examinados por Ckagnazaroff e Mota (2003) e Góes e Machado (2013); a sobrecarga das equipes, evidenciada por Cavalcanti e Lucena (2016) e Dimenstein e Liberato (2009), dentre outros. Todos esses pontos formam nós, arborescências que inviabilizam a construção coletiva, uma vez que os sistemas arborescentes são hierárquicos e comportam centros de significâncias que reduzem a realidade a certas interpretações e representações. É necessário lembrar que esses estratos se mantêm por linhas molares e moleculares, pela macropolítica e por microformações totalitárias.

Esses obstáculos nos fazem pensar que não devemos ter árvores na cabeça, modelos transcendentais a nos guiar uma vez que a natureza em si não é arborescente, não tem origem, nem fim, não se deixa fixar em uma representação, não possui um modelo. Vale lembrar que as linhas que constituem o rizoma não se deixam capturar completamente nos estratos, exatamente pela imanência, e nestes aparecem fissuras, brechas, rupturas que deixam escapar fluxos de variação contínua, forças nômades que buscam conexões. Sendo ruptura, o rizoma nesse modo de funcionamento não efetua dualismos, não produz segmentos e territórios fixos, mas se entrega à processualidade, produz agenciamentos:

Um agenciamento maquínico é direcionado para os estratos que fazem dele, sem dúvida, uma espécie de organismo, ou bem uma totalidade significativa, ou bem uma determinação atribuível a um sujeito, mas ele não é menos direcionado para *um corpo sem órgãos*, que não para de desfazer o organismo, de fazer passar e circular partículas a-significantes, intensidades puras, e não para de atribuir-se os sujeitos aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade. (Deleuze & Guattari, 1995, p. 11).

Entendendo o organismo como um estrato, um processo de totalização e o corpo sem órgãos como um plano de forças aberto a conexões, uma zona de indeterminação, podemos ressaltar o caráter de coexistência desses dois funcionamentos na proposta de intersetorialidade, que tentamos evidenciar ao longo desse texto. A questão é rastrear na micropolítica do cotidiano em que circunstâncias o rizoma “Procede por variação, expansão, conquista, captura, conectando certas multiplicidades e o mundo não parecerá mais tripartido – campo da realidade, campo da representação, campo da subjetividade” (Godinho, 2007, p. 78). E os setores das políticas públicas que atuam em um determinado caso não estarão separados, segmentados na área da saúde, da assistência social ou da educação. Nesse agenciamento de mundos, vetores de forças produzem diferenças. Dias et al. (2014) pontuam como intercessores dessa ruptura o compromisso dos profissionais com as políticas públicas, o conhecimento das atribuições do próprio setor e dos outros setores do equipamento e o conhecimento do território em que atuam. No nosso entender, esses são pontos visíveis, ainda estratificados, mas que podem produzir agenciamentos pondo em jogo a potência, conectando os profissionais de diferentes setores, com suas intervenções distintas e com os usuários vulneráveis. Pontos que se enredam em linhas de fuga que podem não desejar sua própria destruição, mas trazer o coletivo, produzir enunciações e fazer com que a intersetorialidade se efetive.

Considerações finais

Acreditamos que as ações intersetoriais se dão em uma perspectiva rizomática e também seriam o lugar da experimentação de associações, da criação de condições nas quais as racionalidades arborescentes possam virar rizomas. Nesse processo, territórios bem marcados, delimitados, nos quais ocorrem poucas trocas de saber, operando por hierarquias e centralizações podem dar lugar à articulação com diferentes setores, saberes e práticas, construindo formas de intervenção criativas e inovadoras. No nosso entender, a prática intersetorial se engendra no limiar das fronteiras setoriais, produzindo uma nova relação sujeito/objeto e uma zona de indagação coletiva em que a problematização é uma constante, porém nem sempre produzida.

Nesse sentido, as equipes que se propõem um enfrentamento intersetorial precisam dialogar na diferença, ter ações conjuntas, buscar saídas coletivas. Isso porque a intersetorialidade pode ser um espaço de conexão que opera para dominar, sobrecarregar, mas também trazer consigo a possibilidade de revolucionar, de promover acontecimentos. O poder em rede admite a conexão que

pode derivar tanto em uma reprodução, quanto em uma invenção. Na direção da invenção, a intersetorialidade consiste em reunir os fragmentos dos setores envolvidos no caso discutido para multiplicar os afetos e sustentar indagações que produzam outros trajetos, novos percursos como destaca Lee (2014) ao estudar o rizoma na escrita. Acreditamos que a criação de novas relações entre os setores, entre os próprios técnicos, dos técnicos com os serviços, dos usuários com os equipamentos e com os técnicos, se faz pela conexão de diferenças em um plano de imanência, pelo tensionamento de movimentos de verticalidade e horizontalidade. Sem dúvida, essa posição não é tarefa fácil, pois exige um esforço para lidar com toda a complexidade presente no campo social. Este é o movimento da transversalidade que nos convoca a fazer rizoma como experimentação.

Insistir na experimentação é apostar em uma lógica relacional e designar o “entre” como determinante dessa relação. Dimensão que se sustenta entre setores, profissionais, famílias e territórios, em seus aspectos macropolíticos e micropolíticos, e acolhe desestabilizações ligando-se a determinadas forças, a movimentos. Assim, a atuação dos profissionais nas ações intersetoriais é atravessada por funcionamentos distintos, que colocam em articulação identidades profissionais, crenças e endurecimentos, porém estes podem servir ainda para favorecer a produção de novas realidades, ao apostar na criação de zonas de indagações, na convocação permanente e num esforço coletivo de problematização das questões presentes no cotidiano das políticas públicas.

Referências

- Afonso, M. L. M., Vieira-Silva, M., Abade, F. L., Abrantes, T. M., & Fadul, F. M. (2012) A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisa e práticas psicossociais*, 7(2), 189-200.
- Akerman, M., Sá, R.C., Moysés, S., Rezende, R., & Rocha, D. (2014). Intersetorialidade? IntersetorialidadeSI *Ciência, saúde coletiva*, 19(11), 4291-4300. Recuperado em 05 abril, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001104291&lng=pt&nrm=iso.
- Amador, Fernanda S., Lazzarotto, Gislei D. R. & Santos, Nair I. S. Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. (2015). *Revista Polis e Psique*, 5(2): 228 – 248. Recuperado em 07 março, 2016 de http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180/pdf_26.
- Andrade, L. O. M. (2006). *A saúde e o dilema da intersetorialidade*. São Paulo: Hucitec.
- Azevedo, E, Pelicioni, M. C. F., & Westphal, M. F. (2012). Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(4), 1333-1356. Recuperado em 07 março, 2016 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312012000400005&lng=en&nrm=iso.
- Bronzo, C. (2010). Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, 35,120-159.
- Cavalcanti, P. B. & Lucena, C. M. F. (2016). Dificuldades na promoção da saúde por meio da intersetorialidade entre as Políticas da saúde e educação. *Polêmica*, 16(1), 24-41. Recuperado em 10 de janeiro, 2017 de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/21332/15435>.
- Ckagnazaroff, I. B. & Mota, N. R. (2003). Considerações sobre a relação entre descentralização e intersetorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. *Economia e gestão*, 3(6), 23-41.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). (1988). Brasília: Senado.
- Custódio, A. & Silva, C. R. C. (2015). A intersetorialidade nas políticas sociais públicas. In *Anais Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, I Mostra Nacional de Trabalho Científicos*. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC. Recuperado em 15 agosto, 2016 de <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14264/2708>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (v. 1, pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 3, pp. 83-115). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Dias, M. S. A., Parente, J. R. F., Vasconcelos, M. I. O., & Dias, F. A. C. (2014). Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11), 4371-4382. Recuperado em 10 de novembro, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014001104371&lng=en&nrm=iso.
- Dosse, F. (2010). *Deleuze e Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre: Artmed.
- Dimenstein, M.; Liberato, M.T. (2009). Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersetorialidade e do trabalho em rede. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 1(1), 1-10. Available

- from: <http://stat.ijkem.incubadora.ufsc.br/index.php/cb-sm/article/view/1016/1142>.
- Godinho, A. (2007). *Linhas de Estilo: estética e ontologia em Gilles Deleuze*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Góes, F. T. & Machado, L. R. S. (2013). Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local. *Educação e Realidade*, 38(2), 627-648. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362013000200016&lng=pt&nrm=iso.
- Guattari F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Haesbaert, R. (2006). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Inojosa, R. M. (2001) Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos FUNDAP*, 22,102-110.
- Jacques, V. (2014). *Deleuze pas à pas*. Paris: Editions Elipses.
- Lee, C-W. (2014). Le concept de plateau chez Deleuze et Guattari: ses implications épistémologique et éthique. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 55(129), 79-97. Recuperado em 10 de novembro, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000100005&lng=pt&nrm=iso.
- Monnerat, G. L. & Souza, R. G. (2011). Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katálysis*, 14(1), 41-49. Recuperado em 12 agosto, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=pt&nrm=iso.
- Nascimento, S. (2010). Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade*, 101, 95-120. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100006&lng=pt&nrm=iso.
- Passos, E. & Barros, R. (2012). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Rolnik, S. (2016). *A hora da micropolítica - Entrevista Suely Rolnik*. Recuperado em 15 setembrmo, 2016 de <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/rul/20790860.html>.
- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS: estudos contemporâneos da subjetividade*, 1(2), 120-132. Recuperado em 20 de outubro, 2014 de <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/683/662>.
- Schopke, R. (2004). *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/EDUSP.
- Silva Junior, A. J. (2014). Programa saúde na escola: limites e possibilidades intersectoriais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(51), 799. Recuperado em 15 agosto, 2016 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000400799&lng=en&nrm=iso. aqui também
- SPOSATI, A. (2013). Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, 116, 652-674. Recuperado em 26 de janeiro, 2016 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400005&lng=pt&nrm=iso.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, (n. sp.), 9-24. Recuperado em 08 março, 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002&lng=en&nrm=iso.

Recebido em 09/03/2017

Aceito em 04/07/2017

Roberta Carvalho Romagnoli: psicóloga, mestre em Psicologia Social, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora em psicologia clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), pós-doutora, pela Université Cergy Pontoise; professora do Programa de Pós-graduação em psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).